



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 25/2023.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 8/11/2023

PRESENCAS PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA P. BAMOND DAS NEVES SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Vereador Miguel José Fonseca Bentinho LUÍS CARLOS ZORRO FERREIRA MENDES, em substituição do Vereador António Francisco Costa da Silva

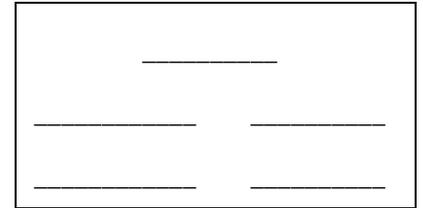
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:50 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	FALTAS INJUSTIFICADAS
-----------------------------	------------------------------

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 03/11/2023

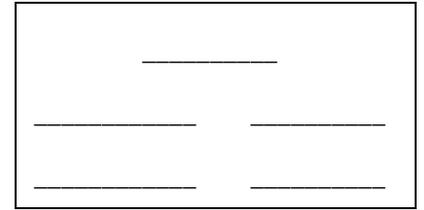
CAIXA	6.351,96 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – TERESA MARIA PIRES PENETRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	986.979,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	108.426,80 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	806,88 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	5.805,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	17.157,58 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	381.822,57€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	82.227,92 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	177.613,40 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.032,01€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.334.611,85 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.138.950,80€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	195.661,67 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, começando por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem estava a acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 13 de setembro de 2023; -----
- 3) Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
- 4) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 3 de novembro de 2023, de novembro de 2023, que concedeu a atribuição de Prémio de Mérito a um aluno do Curso Profissional/Tecnológico do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo. -----
- 5) Proposta de isenção de taxas à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar – Utilização de espaço no Mercado Municipal de Alcáçovas; -----
- 6) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 7) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 8) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (Pré-Escolar e 1º Ciclo) -----
- 9) Proposta de transferência de verba para a Associação de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis/Quota referente ao ano de 2023; -----
- 10) Proposta de aprovação da terceira alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo de 2023/2024. -----
- 11) Proposta de atribuição de apoio de 50% do passe escolar da aluna do Ensino Secundário, que frequenta Estabelecimento Escolar fora do Concelho de Viana do Alentejo, cuja oferta formativa não existe no Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo- Ano Letivo de 2023/2024. -----
- 12) Proposta de concessão de apoio financeiro para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo; ---
- 13) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização de uma “Noite de Fados”, em Alcáçovas, no dia 11 de novembro de 2023. -----
- 14) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas, para a realização de um evento musical, no dia 10 de novembro de 2023, em Viana do Alentejo, promovido pela Junta de Freguesia. -----
- 15) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 9, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; -----
- 16) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 1, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 17) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 2, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----



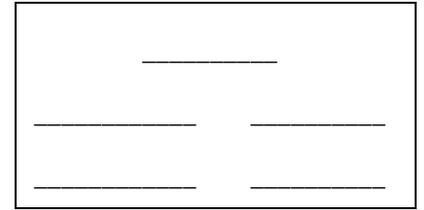
- 18) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 3, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 19) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 4, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 20) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 5, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 21) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 6, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 22) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 7, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 23) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 8, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 24) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 9, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa”; -----
- 25) Proposta de aprovação de aprovação dos documentos que constituem o procedimento e sucessiva abertura do procedimento pré-contratual, por concurso público, para a formação do contrato de fornecimento de equipamento de projeção digital de cinema(DCD) e de vídeo, imagem e tecnologia para o Cineteatro Vianense; -----
- 26) Proposta de aprovação da 32.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 27) Proposta de aprovação da 24.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
- 28) Proposta de aprovação da 18ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 29) Proposta de recrutamento à mobilidade na categoria entre órgãos ou serviços para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (Eletricista). -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ---

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que tinham estado em visita oficial à Câmara Municipal de Viana do Alentejo, durante dois dias, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal do Município de São Miguel, Cabo Verde. -----

Informou, ainda que, o Mês Sénior, tinha decorrido da melhor forma, tendo terminado com um “almoço muito participativo”, o que representou um sinal de satisfação por parte de todos os que usufruíram das atividades promovidas pelo Município, ao longo do mês de outubro. -----

Disse o Senhor Presidente que, este ano, tinha havido mais 25 pessoas, em relação ao ano anterior, totalizando 340 participantes, o que significava que as pessoas estavam ativas e colaboravam nas iniciativas. -----



O Senhor Presidente transmitiu, ainda, que a obra da Escola estava a decorrer a “bom ritmo”, e que se, naquele dia, os Autos fossem aprovados, ficariam, praticamente com as contas certas com o empreiteiro – disse. -----

Quanto à Estratégia Local de Habitação, o Senhor Presidente disse que pediria ao chefe do seu gabinete, Dr. Eduardo Luciano, que fizesse um resumo do assunto. -----

No que diz respeito à XXII Mostra de Doçaria, solicitou a intervenção da Senhora Vice-Presidente para apresentar o cartaz e o programa do evento. -----

No uso da palavra, a Senhora Vice-Presidente, informou que o cartaz de divulgação da iniciativa tinha sido publicado, no dia anterior, na página do Município e que o programa aguardava a confirmação de uma doceira para o “show cooking”. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que iria haver uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas no dia seguinte, contudo, iria fazer um resumo do que seria o Programa da Mostra de Doçaria. -----

Disse que no primeiro dia da iniciativa, tal como tinha ficado acordado em reunião de Câmara, as atividades terão início às 14 horas, com a atuação da Sociedade União Alcaçovense, seguindo-se, pelas 15.30h, uma “Entronização de Confrades”, promovida pela Confraria de Doces Conventuais do Alentejo e às 16horas, abrirá o “Espaço Criança”. Para este espaço, a atividade proposta tinha sido a “Árvore do Cupcake”, pelo que as crianças irão desenhar os cupcakes para decorar uma árvore. O Programa continuará com a atuação do Grupo Coral Paz e Unidade de Alcáçovas. -----

A Senhora Vice-Presidente salientou que, este ano, os grupos convidados não atuarão em palco, irão circular pelo espaço, atuando junto dos expositores. -----

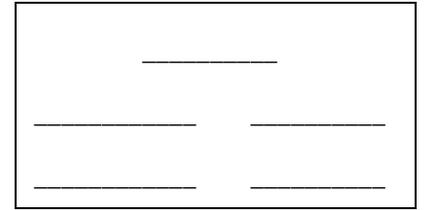
Haverá, ainda, um “Showcooking”, cujo responsável ainda não estava definido - disse. -----

Contar-se-á, também, com a presença do Grupo “Cantarolando”, de Montemor-o-Novo e às 22 horas, a atuação da Banda “Virgem Suta”, de Beja. -----

Continuando a sua intervenção, a Senhora Vice-Presidente disse que, à semelhança de anos anteriores, haverá também o Programa “Altas Horas”, organizado pela Associação Tauromáquica Alcaçovense, com a colaboração da Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

No sábado, realizar-se-á o tradicional “Passeio a Cavalo”, pelas 9 horas, e a abertura da Tenda será às 14 horas. O Espaço Criança terá a atividade “Mete Colher na Arte”, cujo objetivo será a decoração de uma colher de pau. Haverá, também, um “Showcooking” e cerca das 15 horas, atuará o Grupo de Cavaquinhos do Alentejo da A.M.Ar.T.(Associação Musical de Artes e Tradições do Alentejo). Tendo em conta o peso dos instrumentos, e a conseqüente dificuldade em circular, este grupo fará a sua atuação em palco –disse. ----

Pelas 18 horas, proceder-se-á à entrega de prémios do X Concurso de Doçaria Conventual e às 19 horas, assistir-se-á à atuação do Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas. Pelas 22horas, atuará o Grupo de



“Moda em Moda” e a partir da meia noite, segue-se o Programa “Altas Horas”. No domingo, a Tenda abrirá às 9.30h, com a “Doce Caminhada” e, durante a manhã, as crianças poderão assistir à atividade “Doçura de um Conto”, no espaço dedicado aos mais pequenos. -----

ÀS 13 horas, participará o Grupo de Música Tradicional “Ensemble” de Montemor-o-Novo e, às 15 horas, o Grupo de Ballet da A.C.R.A – Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, intitulado “As Fadas de Açúcar”. Seguir-se-á o “Showcooking” e a atuação do Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas. A entrega de diplomas aos doceiros participantes terá lugar às 17 horas e, para terminar, assistir-se-á ao espetáculo Saint Dominic’s Gospel Choir. -----

Disse a Senhora Vice-Presidente que este era o programa previsto, contudo, ainda faltava reunir com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas para completar e fechar o programa. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que questionou se a abertura oficial seria às 14horas, tendo a Senhora Vice-Presidente confirmado a hora e salientou que tinha sido aquilo que tinha ficado combinado.

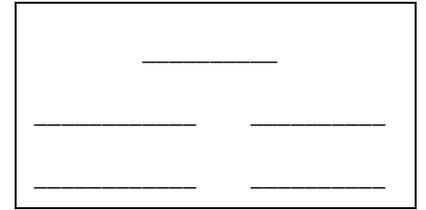
Em seguida, interveio o chefe de gabinete do Senhor Presidente que fez o ponto de situação da Estratégia Local de Habitação, afirmando que, finalmente, se tinha conseguido realizar, no dia 20 de outubro, a reunião agendada com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Na referida reunião, participaram os técnicos da Câmara e a Empresa Consultora, tendo-se “delineado um conjunto de caminhos”, que tem de se seguir e que necessitam de decisão dos eleitos. -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente considerou que a reunião foi bastante importante porque, como se sabe, o bairro está localizado num terreno rústico, o que leva a um conjunto de ações do ponto de vista legal e do ponto de vista de registos que têm de ser feitos em simultâneo. -----

Disse, ainda que, já tinham “na sua posse” todos os documentos para o lançamento do concurso para os projetistas e que, neste momento, estava tudo preparado, faltando apenas, no caso das casas do Alinho, o mapa da estrutura interna. -----

A partir desta reunião, é preciso tomar decisões, nomeadamente, a forma de atribuição das habitações, se será por renda apoiada se por renda condicionada ou ainda por renda reduzida. Assim, será preciso fazer uma “análise mais fina” para perceber qual é aquela que mais convém aos atuais moradores, de forma a não se correr o risco de não se poder atribuir casas aos atuais moradores, se estes tiverem as condições exigidas legalmente. Por outro lado, é preciso” cruzar o que já se tem com o novo Programa Mais Habitação, o qual vem simplificar algumas das questões relacionadas com o IMI. Será preciso também decidir se a operação do loteamento vai ser incluída naquilo que é o concurso para a elaboração da Arquitetura ou se a Câmara, internamente, tem condições para fazer essa operação e será preciso também decidir contrações externas, no âmbito das engenharias. -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente informou que havia um documento para seguir para o Senhor Vereador e para as Senhoras Vereadoras, mas que aguardava o regresso do chefe da Divisão Administrativa



Urbanística e Processual. Seguir-se-ia uma reunião, em breve, com os serviços e com a Técnica que está a acompanhar o procedimento. -----

Depois de tomadas as decisões, o chefe de gabinete do Senhor Presidente disse que ser poderia a avançar na candidatura, sabendo que os apoios a 100%, de acordo com o contrato celebrado com o IHRU, não chegam para a construção. Isto significa que terá de haver uma renegociação porque os 100% são valores de referência e estes valores com os quais se assinaram o contrato e os protocolos com o IHRU, datam de 2021. -----

Disse, ainda, que esta “pressão” junto da consultora, tinha como objetivo realizar esta reunião e que havia também outra decisão a tomar, relativamente ao último Regulamento de Fogos, que deveria ser alterado ou em alternativa, a elaboração de um novo Regulamento com “todas as peças legalmente possíveis”. Caso não exista Regulamento, deverão ser aplicadas diretamente todas as normas legais que se aplicam aos três tipos de arrendamento (renda apoiada, renda condicionada ou renda reduzida). -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente referiu, ainda, que aplicando diretamente a Lei, não haverá qualquer possibilidade de se restringirem as candidaturas aos habitantes da freguesia, ou seja, haverá oportunidade para qualquer pessoa, independentemente do sítio onde viva. -----

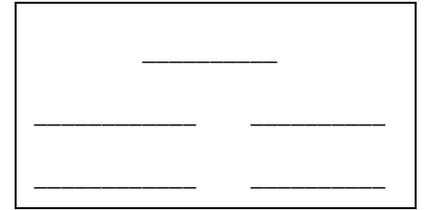
Ainda na sua intervenção, o chefe de gabinete do Senhor Presidente disse que era muito importante a celeridade da tomada de decisões, de forma a avançar com o passo seguinte e lançar o concurso para a arquitetura e incluir no Orçamento do próximo ano as verbas necessárias para a contratação da Especialidades de Engenharia. -----

Disse também que percebia por que iria perguntar quando é que as obras teriam início, mas existem 308 Municípios com Estratégia Local de Habitação “a baterem à mesma porta”, o que complica este processo. O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que já tinha a proposta do Arquiteto Miguel Machado, para enviar aos Arquitetos responsáveis pelo projeto, com as indicações do que se “poderá fazer”. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes interveio e começou por fazer uma observação, relativamente Informação da Atividade da Câmara, onde deveria ter constado a realização desta reunião porque se tivessem tido conhecimento prévio do assunto, poderiam colocar muito mais questões. -----

De qualquer forma, felicitou o Município pela oportunidade e salientou que, “desde a primeira hora” que tinham reportado aquele projeto como importante e que tem que ter um tratamento especialíssimo pela relevância e sensibilidade do tema. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes disse que, na última reunião de Câmara se tinha abordado o facto de da Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas ter saído da Estratégia e não ficar nenhuma habitação abrangida. A impressão com que tinham ficado era de o Município explorar a possibilidade de incluir, ou aqueles imóveis que tinham sido identificados pela Santa Casa ou, compreendendo esses, mas identificando outros



e fazer-se uma atualização ou modificação da Estratégia Local de Habitação ou dos instrumentos que operacionalizam o tema. -----

Neste sentido, lembrou que o Senhor Presidente lhe tinha dito que os “proprietários lhe tinham dito que iam entregar as casas para serem integradas nesta Estratégia”. -----

Disse, ainda que entendia que esse assunto deveria ter uma forma de tratamento mais específica, mas que gostaria de saber se esse tema tinha sido abordado, ou seja, se essa hipótese tinha sido explorada porque percebeu que, o chefe de Divisão parecia estar aberto a essa possibilidade. -----

O Senhor Vereador referiu também que na última reunião havia uma série de projetos em curso, tais como a identificação das infraestruturas básicas e todo o levantamento junto da consultora e a questão dos projetos para serem lançados. -----

Neste sentido questionou se já tinha sido feito o levantamento das infraestruturas básicas e disse que queria deixar um apelo à Câmara para que as decisões referentes a esta estratégia local fossem dialogadas tanto quanto possível, que não fossem dadas como adquiridas e depois “meramente comunicadas”, uma vez que seria muito “desconfortável” para a força política que representa (VIVA) ter de votar contra algo que não quer. No entanto, por desconhecimento ou “por ter sido posto à margem do processo”, poderia ter de agir contra a sua vontade, mas em nome da responsabilização do órgão Câmara e até da sua relação entre as forças políticas, deixava o apelo para que a Câmara entendesse “como era importante e sensível aquele tema, de forma a que chegassem aos maiores consensos possíveis”. -----

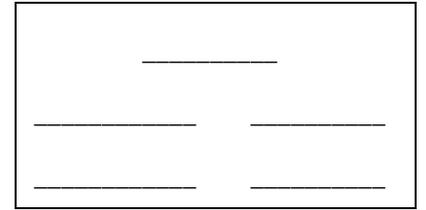
O chefe de gabinete do Senhor Presidente interveio e disse que, relativamente às alterações à Estratégia Local de Habitação, tudo o que for feito no momento terá o efeito de travar o processo e, em sua opinião, havia outras soluções fora da Estratégia Local de Habitação, as quais se iriam procurar. -----

Relativamente aos prédios da Santa Casa da Misericórdia e à saída dos prédios da Santa Casa da Misericórdia e de outros particulares que entendam, o que está em causa é a atribuição posterior das casas. -----

Disse o chefe de gabinete do Senhor Presidente que não é possível estar na Estratégia Local de Habitação com o apoio do 1º Direito, quando as casas a reabilitar entrem no mercado livre da habitação. Exemplificou, dizendo que “Uma Santa Casa reabilita uma casa e fica sujeita às três possibilidades, que são a renda apoiada, a renda condicionada e a renda reduzida”. Não é possível pôr a casa a arrendamento em leilão, assim como não é possível candidatar ao 1º Direito um prédio que tem função habitacional, mas que “agarrado” a ele tem uma função comercial. -----

Referiu que se entende a necessidade de intervenção, mas não se pode fazer através do Programa 1º Direito, já que este não tem como objetivo a recuperação de habitações. -----

O Programa do 1º Direito tem como objetivo criar condições àquelas famílias, e não reabilitar habitações para entrar no mercado livre de habitação. -----



Ponderados os benefícios, “aquele parceiro” tinha decidido não avançar. -----

Continuando a sua intervenção, o Chefe de gabinete do Senhor Presidente, Dr. Eduardo Luciano disse que “alterar a nova Estratégia Local de Habitação, admitir novos parceiros privados, para a candidatura ao 1º Direito, ou candidaturas ao 1º Direito fora da Estratégia Local de Habitação, seriam criar uma entropia tal no processo, que iria dificultar muito mais a concretização dos dois grandes projetos, sabendo que o de Aguiar tem um peso maior. -----

Assim, o chefe de gabinete do Senhor Presidente afirmou que o “caminho” deverá passar por procurar outras ferramentas, outros instrumentos que estão disponíveis para particulares e que o Município, certamente, “estará ao lado dessas pessoas, na ajuda na construção dessas candidaturas”. -----

Quanto ao levantamento das infraestruturas, disse que as que estavam feitas não chegavam para aquilo que se vai construir, ainda que se mantenham os 22 fogos. -----

Em seguida, interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que se referiu à demolição total do bairro e com ela toda a estrutura base, rede de esgotos e de água. -----

A Senhora Vereadora questionou, ainda, a forma de financiamento para o Loteamento e se ainda se “poderia ir buscar” porque seria menos um encargo para o Município. -----

Referiu-se também à intervenção do Arquiteto Miguel Machado, numa das reuniões de Câmara anteriores, a propósito do financiamento a 100% do 1º Direito, cujo valor de referência não tinha sido referido na altura, sabe-se através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Acrescentou que também tinha sido falado nessa reunião o sobre o arrendamento a custo controlado, que poderá ser financiado, mas não tinha ficado claro para si, em quantos anos. -----

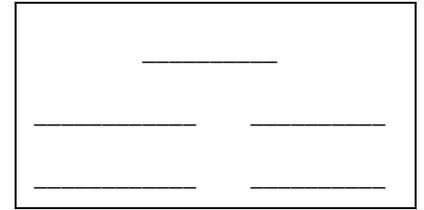
Perguntou, também, se a rede de águas e esgotos seria incluída no total da obra ou se poderia haver comparticipação em separado. -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pela Senhora Vereadora Sara Grou e começou por dizer que o financiamento, tanto quanto sabia, seria só para a habitação, ou seja, a infraestrutura não estava financiada, uma vez que isto é um programa de reabilitação. De qualquer forma, disse que o Município iria procurar todas as fontes de financiamento para este fim, mas que o custo do Loteamento não está incluído no financiamento, dada a especificidade deste Programa que é concebido para “reabilitar” e, neste caso, a reabilitação é “deitar abaixo e fazer de novo”, tal como já tinha sido explicado pelo Arquiteto Miguel Machado. -----

Levando o conceito de “reabilitação” aos extremos, o que se vai reabilitar naquele bairro, já que as dimensões mínimas legais das casas não formam cumpridas- perguntou. -----

Em relação ao financiamento, disse que teria de se procurar, caso contrário, teria de sair dos “cofres do Município, do Orçamento Municipal”. -----

Relativamente às outras questões colocadas pela Senhora Vereadora Sara Grou, o chefe de gabinete do



Senhor Presidente respondeu que estas deveriam ser remetidas para o chefe da Divisão Urbanística e Processual, uma vez que as mesmas são demasiado técnicas e o seu acompanhamento a este processo reveste-se mais do ponto de vista político e da preocupação na procura de soluções. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e acrescentou que o Senhor Arquiteto tinha referido na reunião de Câmara em que esteve presente, que havia financiamento para essas infraestruturas. O que poderia ser mais complicado seria a questão das infraestruturas que já existem naquela zona, pelo terá de ser muito bem definido “o que é de uma coisa e o que é de outra, sabendo que haverá ali alguma coisa que sirva para os dois –disse. -----

O chefe de gabinete do Senhor Presidente voltou a intervir e afirmou que dentro de poucos anos, iria haver o reforço de distribuição de água, através das Águas do Centro Alentejo, cujo investimento estava previsto para 2026 e isso já tinha de estar contemplado aqui, embora o investimento fosse da responsabilidade das Águas Públicas do Alentejo. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que pelo que tinha conseguido anotar, foi referido que “talvez se conseguisse mais de 40% para a rede de águas, esgotos e eletricidade no Bairro, o que poderá atingir os 400 mil euros. -----

O Senhor Presidente respondeu que este assunto ainda não era uma certeza, mas havia essa possibilidade. Verificou-se, novamente, a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou que, em nome das Vereadoras do Partido Socialista apresentou um Voto de Protesto:

“Como é habitual, durante o mês de outubro decorrem as Comemorações do Mês Sénior. Este ano e muito bem, deu-se continuidade às mesmas no Concelho de Viana do Alentejo, como as Vereadoras do Partido Socialista concordam inteiramente. No entanto, não podemos deixar de mostrar o nosso desagrado, pelo facto de os Vereadores da oposição que, neste caso representam mais de metade do órgão deliberativo, pois são três, não receberem convite para participarem nas respetivas atividades.

Relembramos, inclusive, que a reunião de Câmara de 25 de outubro foi antecipada, devido a compromissos assumidos pelo executivo em permanência para participarem em atividades do Mês Sénior.

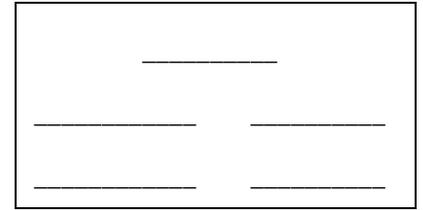
Pensamos que esta seria a forma mais correta e democrática de atuação.

Ainda faltam dois anos para corrigir o sucedido desde que exista vontade para o fazer”.

Viana do Alentejo, 8 de novembro de 2023

As Vereadoras do Partido Socialista

Esclareceu a Senhora Vereadora Sara Grou que tinha ficado muito satisfeita pelo facto de os Seniores terem participado, todavia, em tantas atividades desenvolvidas, sendo cinco Vereadores, teria sido “de bom tom”, pelo menos para alguma das atividades, terem sido convocados e convidados a estarem com os



Seniores do Concelho. Disse ainda a Senhora Vereadora que, afinal, estavam ali em representação das três freguesias do Concelho. -----

Reiterou o seu agrado pela forma como decorreram as iniciativas e referiu a importância da participação dos Seniores bem como a sua satisfação com as atividades desenvolvidas, mas não poderia deixar passar, sem que manifestasse a sua discordância, relativamente à ausência dos Vereadores, salientando que não “era a primeira vez que isto acontecia”. -----

Interveio, de seguida, a Senhor Vereadora Rita Rafael que começou por se referir à recolha “porta-a-porta”. Disse a Senhora Vereadora que se tem verificado que, quando há tolerâncias e feriados, se torna “complicado gerir aquela situação” e perguntou se não seria possível arranjar uma alternativa, antecipando ou adiando, de forma a não haver tantos dias sem recolha. -----

Aproveitando o que já tinham referido em reuniões anteriores a propósito da retirada dos ecopontos, a Senhora Vereadora deixou a sugestão de ficarem, apenas, os ecopontos nas entradas e saídas das vilas e retirar também os ecopontos que estão nos Centros Históricos. -----

A Senhora Vereadora questionou, ainda, se havia novidades, relativamente à situação dos Nadadores Salvadores. -----

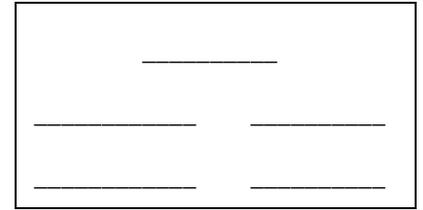
O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas e referiu-se, em primeiro lugar, ao Voto de Protesto, apresentado pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, afirmando que o mesmo era legítimo e que “iriam olhar para aquela situação”, que tem todo o sentido, não vendo qualquer inconveniente em que os Vereadores estivessem presentes nas atividades, tais como na inauguração da iniciativa do “Mês Sénior” e no almoço de encerramento. Disse, ainda, o Senhor Presidente que “haveria de se encontrar um sítio apropriado para que os Vereadores estivessem presentes também”. -----

Quanto ao assunto da recolha “porta-a porta” e das tolerâncias e feriados, assunto abordado pela Senhora Vereadora Rita Rafael, o Senhor Presidente disse que era complicado pôr em prática a sugestão apresentada porque os dias estão todos preenchidos, ou estão em Viana, ou estão em Aguiar ou em Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente disse que já tinham pensado no assunto, mas que “não tinham feito disso uma urgência”, porque aqueles recicláveis não prejudicavam muito pelo facto de estarem mais tempo na casa das pessoas, uma vez que não “deitam cheiro”, ao contrário do outro tipo de lixo. -----

Quando houver quantidades de lixo maiores, ainda há a possibilidade das pessoas irem colocar nos ecopontos. -----

Relativamente ao levantamento dos ecopontos, o Senhor Presidente disse que não se podia dizer que era um “gasto em duplicado” porque a AMCAL cobra à tonelada e os ecopontos vão manter à entrada das vilas porque é importante para o acesso das pessoas que vivem nos montes, ou para algum excesso que possa haver. -----



O Senhor Presidente afirmou que não iria, para já, retirar os ecopontos que estão no centro da vila, mas retirar os que são menos utilizados e havia muitos que já nem sequer lhes era dada utilização, e essa situação podia acontecer no Centro Histórico ou não. -----

Assim, serão retirados os que forem menos utilizados pelas pessoas- disse. -----

A Senhor Vice-Presidente interveio e referindo-se ao desagrado, manifestado pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista pelo facto de não terem sido convidadas a participar nas atividades do Mês Sénior, disse concordar com as Senhoras Vereadoras e explicou que, por vezes, devido à quantidade de afazeres, acontecem lapsos, como foi o caso. -----

A Senhora Vice-Presidente pediu desculpa pelo sucedido e afirmou que, pelo menos, no almoço final, deveriam ter sido convidados a participar. -----

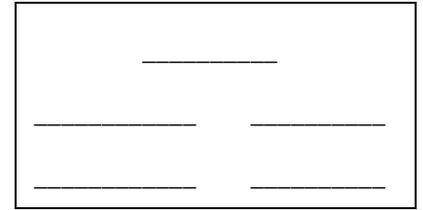
Em relação aos Nadadores Salvadores, disse que o atual iria prestar provas no mês de novembro e que esperava que conseguisse aprovação. De qualquer forma, ficará sempre a fazer falta mais um Nadador Salvador, o que significa que se deverá abrir um concurso, no próximo ano. Caso este Nadador Salvador não obtenha aprovação, é provável que se opte por um Contrato de Avença, porque são precisos Nadadores Salvadores. -----

A Senhora Vice-Presidente disse, ainda, que este mês, havia dois sítios, onde se faziam provas para Nadadores Salvadores. -----

O Senhor Presidente disse que o próprio trabalhador estava “sensibilizado e preocupado” porque o seu contrato de trabalho diz especificamente que as suas funções são “aquelas”, e contou que no ano anterior tinha havido dificuldade na realização das provas, tendo em conta grau de exigência que as entidades aplicaram às mesmas. Referiu, ainda, o Senhor Presidente que “arriscaria a dizer que 90% dos concorrentes reprovaram, mas que tinha a esperança que, este ano, Nadador Salvador tivesse aprovação, até porque já realizou provas antes e sempre teve sucesso. Ainda é um rapaz novo e tem capacidade para as funções – disse. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir e referiu-se ao Direito de Oposição. Disse a Senhora Vereadora que tinham recebido a comunicação do executivo dirigida à concelhia, na qual eram solicitados os contributos, contudo, o procedimento não era aquele e disse que o executivo deveria ter enviado um “draft” daquilo que seria o Orçamento previsto para 2024. Acreditava que podia ainda não estar elaborado, mas solicitava que, assim que estivesse pronto, que lhes fosse enviado, de modo a poderem analisar e consequentemente, fazerem as suas propostas. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse ainda que tinha tido conhecimento de que as pessoas estavam descontentes com as funcionárias da escola, que estão afetas à Câmara. Contou que uma das funcionárias que estava em regime de avença e que recebe as crianças do 1º ciclo, das 9 às 10.30h, não tinha qualquer serviço, pelo que, nesse período deveria ter “a iniciativa de ir ajudar alguém ou fazer outra coisa”. De facto,



isso não acontece e fica “sentada 1.30h, à espera que o tempo passe”. Naturalmente que, para quem está sobrecarregado de trabalho, isto não é correto – disse. -----

A Senhor Vereadora Sara Grou disse que relatou este facto porque estas avenças foram aprovadas em reunião de Câmara e estão a ser pagas por aquela entidade. -----

Para quem está na escola e se apercebe destas situações é desagradável e surgem os comentários, gerando depois um certo mal-estar-acrescentou. -----

Disse, ainda, a Senhora Vereadora que seria de esperar que a Câmara recebesse um e-mail das funcionárias a solicitar uma reunião com o executivo. -----

Continuando a sua intervenção, afirmou que já tinha visto a publicidade à Mostra de Doçaria e que o programa do evento deveria ser divulgado, o mais rápido possível, de forma a “atrair” mais pessoas. -----

Questionou também o motivo pelo qual o executivo tinha voltado a realizar a Mostra de Doçaria em dezembro, tendo em conta que no ano anterior tinha sido em novembro e tinha corrido bem. -----

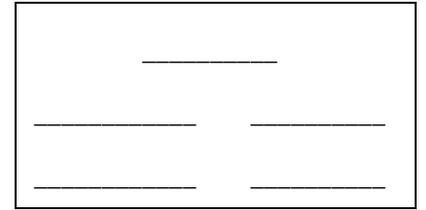
Aproveitando a oportunidade, a Senhora Vereadora disse que, em anos anteriores, era habitual colocar-se a iluminação de Natal por ocasião da Mostra de Doçaria e questionou se o executivo iria proceder da mesma forma ou deixaria para mais tarde o assunto da iluminação. -----

O Senhor Presidente, relativamente ao Direito de Oposição, disse que tinham optado por fazer daquela forma porque ainda não tinham o Orçamento pronto e enviaram a pedir propostas, contudo, concordou com o envio da estrutura do Orçamento para a oposição. Disse que até seria mais fácil para o executivo se já tivesse as propostas da oposição e poderiam, automaticamente, incluí-las. -----

O Senhor Presidente disse que o Orçamento estava um pouco atrasado e que ainda faltava introduzir algumas questões do Mapa de Pessoal, mas que acreditava que durante a semana, o assunto já estivesse pronto a ser discutido com os Vereadores da oposição. Disse também que tinha considerado a hipótese de agendar uma reunião sobre o assunto, com o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras, não impedindo de enviar para os Partidos Políticos. -----

Em relação ao descontentamento das funcionárias da escola, afirmou que não iria pronunciar-se muito sobre o assunto porque há um acordo e gostava de cumprir esse acordo. Tendo em conta que a Câmara passou os funcionários para a escola, a gestão passa a ser da responsabilidade do Diretor do estabelecimento de ensino. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente disse que também já tinha ouvido alguns comentários, mas que não queria meter-se num assunto que não lhe dizia, diretamente, respeito e a questão do pedido de reunião por parte das funcionárias não deveria ser feito ao executivo, mas ao Diretor. Caso viesse a aparecer esse pedido, o executivo não iria marcar nenhuma reunião, sem antes comunicar ao Diretor da Escola. -----



O Senhor Presidente mostrou-se disponível para estar presente, mas que iria cumprir o acordo estabelecido. -----

Reforçou que o pedido deverá ser feito à Direção da Escola e a Câmara estará certamente presente. -----

Quando as avenças foram propostas foi para resolver as situações, mas como elas são geridas é outra situação, que deverá ser discutida. -----

No que diz respeito à Mostra de Doçaria, o Senhor Presidente afirmou que não gostava da data em que, tradicionalmente, o evento se realiza, mas se a outra parte do executivo e os colaboradores concordavam, ele não se impunha. -----

Relativamente às razões que o levavam a não concordar com a data, explicou que a Mostra de Doçaria ia realizar-se a seguir à Feira do Montado, em Portel e a mais umas iniciativas, pelo que as “pessoas já tinham gastado o dinheiro”. Se se fizesse antes, haveria mais afluência, tal como tinha acontecido no ano anterior, tendo sido dito pelos participantes que “venderam bem”. Portanto, funcionou-disse. -----

Este ano, “não só por uma questão democrática, mas aceitando um argumento bastante válido porque havia o feriado”, decidiu-se aproveitar aquela data. -----

No que respeita à iluminação de Natal, disse que estava a ser tratado, contudo, ainda não tinha mais informação sobre a colocação da iluminação. -----

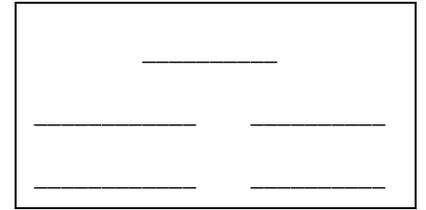
Verificou-se, de seguida a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes que disse que a primeira questão que tinha para apresentar ao Senhor Presidente era acerca da iluminação, mas já estava esclarecido este assunto e que verificava que havia uma preocupação transversal à Câmara. Referiu-se depois à iluminação “artística no chão” da Praça da República, em Viana do Alentejo, que constatou estar desligada. Esta situação empobrece o espaço – disse. -----

Ainda sobre a Praça da República, o Senhor Vereador questionou o ponto de situação das irregularidades, salientando que o Senhor Presidente tinha dito, na última reunião de Câmara que estava empenhado em resolver, mas o “facto era que a Câmara não sabia nem decidia nada sobre esse tema”, o que era de lamentar. Disse ainda que isto era um sinal de “se fazer mal” porque não se traz ao órgão competente, onde devem ser discutidos estes problemas. -----

Fazendo alusão ao mês de outubro, afirmou que havia muitas coisas a dizer. Assim, começou por felicitar o executivo pelo Mês Sénior, pelas distinções que o Município recebeu nesse mês, nomeadamente, “O Município Mais Amigo do Desporto”, “A Qualidade da Água” ...-----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu-se também à comemoração do Mês Rosa e à iluminação nas três freguesias do Concelho, mas alertou para a divulgação tardia da iniciativa, a qual ocorreu no dia 27 de outubro, quando a iluminação estava ligada desde o dia 1 do mesmo mês. -----

Em relação a esta situação, o Senhor Vereador referiu que “algumas pessoas lhe perguntaram se aquilo eram as luzes de Natal”. -----



Explicou que, em Viana e Alcáçovas, a iluminação estava bem enquadrada no espaço, mas em Aguiar, a iluminação estava na frontaria da igreja, o que tinha sido associado às luzes de Natal. Nesta freguesia, a iluminação esteve ligada até à primeira semana de novembro. -----

Neste contexto, o Senhor Vereador sugeriu que houvesse algumas melhorias nos processos, em primeiro lugar na comunicação porque se deve informar o que se vai fazer e haver, depois, o cuidado de se desligar. Em relação à Escola de Alcáçovas e às pessoas em regime de avença, o Senhor Vereador referiu o facto de estas pessoas não estarem sujeitas às indicações de um superior. Têm uma lista de trabalhos para fazer, mas não têm de cumprir horário porque neste regime, ou em regime de tarefa” não se podia fazer de conta que eram trabalhadores da Câmara ou da Junta” – disse. -----

Reportando-se às competências assumidas pela Câmara em relação à gestão física e humana das escolas, perguntou o Senhor Vereador de quem eram as responsabilidades dos Parques Infantis das escolas e da manutenção dos espaços verdes na escola, se era do estabelecimento de ensino ou se era do Município. – O Senhor Vereador referiu-se ainda ao Parque de Caravanismo, em Alcáçovas, e aos carregadores elétricos porque tiveram algumas reclamações por causa da “feliz iniciativa da Rota da Nacional 2, e da necessidade dos ditos carregadores naquele percurso”. -----

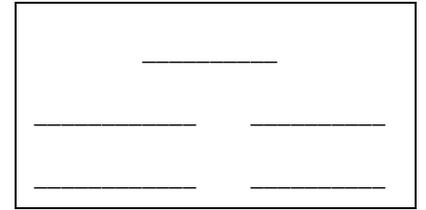
Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador mencionou a situação da ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas e afirmou que já tinha sido interpelado por um empresário, várias vezes, que lhe perguntou sobre este assunto. Neste sentido, interessava –lhe saber se já havia um calendário ou uma perspetiva do início da ampliação daquela zona. -----

Referindo-se ao Canil Municipal, disse que lhes tinham sido relatadas situações de redes caídas, de animais amontoados, falta de higiene e cheiro nauseabundo, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação desta situação, se tinha sido reportado e regularizado. -----

Disse, também que, nos dias 4 e 5 de novembro, o Centro de Saúde de Viana tinha estado sem consulta aberta, o que significava que não tinha estado fechado, mas só havia serviços de enfermagem e que esta situação era recorrente porque a maior parte dos fins de semana nunca havia consultas. -----

O Senhor Vereador disse que este assunto já tinha sido discutido várias vezes e que já tinham identificado algumas soluções porque o Município tinha de pressionar, na medida do possível, já que todos “queriam que estivesse a funcionar em pleno e que tivesse muitos e bons profissionais, portanto tinha de se corrigir. Para além disto, tinha de se “fazer o trabalho de casa no território”, ou seja, garantir formas de atração e fixação dos profissionais de saúde. -----

O Senhor Vereador questionou o assunto referente à exoneração da chefe de Divisão e que, na última reunião tinha sido referido que, administrativamente, o processo estava terminado. Neste âmbito, perguntou se os Vereadores tinham recebido toda a documentação que constituiu aquele processo, uma vez que na documentação enviada, verificou-se que havi vários interregnos no tempo, para além de não



haver uma sequência na troca de e-mails, o que não permitia saber o que tinha sido dito pelos serviços da Câmara. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu-se, ainda, à posição da Chefe da Divisão, no sentido de ter afirmado que não seria necessário o Visto prévio do Tribunal de Contas. Depois, tinha havido pedidos de parecer, um dos quais a referida chefe de Divisão não tinha tido conhecimento, e este tinha originado pressão para que tivesse havido pagamento do montante em causa, mas que a Chefe de Divisão se recusou a fazer por não estar esclarecida nos seus termos –disse. -----

Neste contexto, surge a pressão do empreiteiro e do Presidente da Câmara e pelo tinha percebido, tinha sido enviado o último e-mail da Chefe de Divisão. Às 17 horas desse dia, o Senhor Presidente tinha entregado à Chefe de Divisão o projeto de deliberação de exoneração- afirmou. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador questionou se os Vereadores já tinham recebido todos os elementos que constituem este processo e que justificaram a decisão do Senhor Presidente, os quais “podem facilmente desmontar a argumentação da visada”. -----

Perguntou também que destino teria esta técnica, aquando do seu regresso ao Município, se iria ser integrada se ficaria na mesma Divisão. -----

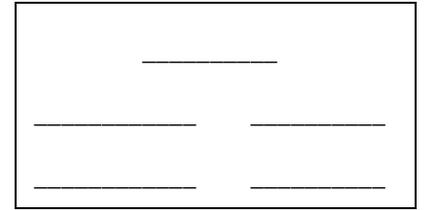
A terminar a sua intervenção, o Senhor Vereador Luís Mendes referiu-se ao Orçamento e ao Estatuto do Direito de Oposição, afirmando que reforçava as palavras das Senhoras Vereadoras do partido Socialista. Disse ainda que compreendia que o Senhor Presidente quisesse ter um Orçamento finalizado, mas para a oposição havia uma leitura política daquele documento, por isso, o que se pretendia era saber quais as linhas orientadoras do Orçamento para se ter uma base para analisar. Seria muito fácil o Partido Socialista e o VIVA apresentarem as suas propostas e depois “barrar” porque o Senhor Presidente dirá que não há cabimento. -----

O Senhor Vereador disse que “se não fixarem populações nem empresas que tragam riqueza, vamos passar eternamente o tempo de mão estendida à espera de oportunidades de financiamento externo porque nunca vamos ter capacidade de financiar iniciativas nossas”. -----

Salientou que o VIVA ambicionava mais para o Concelho do que esperar por avisos que vão abrir para enquadrar uma possibilidade e depois, o Senhor Presidente iria inaugurar uma obra que apresentaria “como mal feita mas era para o que havia dinheiro”, como já aconteceu – disse. -----

No que concerne à recolha porta-a-porta, o Senhor Vereador disse que tinha visto a Técnica da Câmara numa apresentação de resultados, pelo que seria interessante terem conhecimento dos mesmos, já nesta fase. -----

Quanto à retirada dos Ecopontos do espaço público, disse que concordava com o executivo, ou seja, recolher aqueles que têm menos utilização, mas em relação às pontes e aos feriados, disse que entendia que o Município tinha de conseguir arranjar alternativas. Exemplificou com o que se tinha passado na



semana anterior, no dia da recolha das embalagens em Viana e Aguiar, que foi feriado (dia 1 de novembro). Neste contexto, alertou para o bom senso dos serviços, no sentido de solucionar esta situação, evitando, assim, que as pessoas se desmotivassem. -----

Por fim, o Senhor Vereador Luís Mendes solidarizou-se com o Voto de Protesto apresentado pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista e acrescentou que, no início da reunião, o Senhor Presidente tinha informado da visita da Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Município de São Miguel (Cabo Verde) ao Município de Viana do Alentejo. O Senhor Vereador referiu que, “seria o mínimo de educação ter havido a comunicação deste tipo de visita à Câmara e até à Assembleia Municipal” porque se tratava de um Município com o qual se celebrou um protocolo e tinha sido nesse âmbito que se realizou a deslocação daqueles autarcas, de acordo com as redes sociais. -----

O Senhor Vereador disse ainda que estas situações devem ser formalizadas e não lamentar porque houve um esquecimento. Se houve uma comunicação ao Presidente da Assembleia Municipal porque consideraram que era importante a sua presença, tendo em conta que representa aquele órgão, deveria ter sido realizada uma sessão de cumprimentos, simples, mas institucional. -----

Acrescentou que, se nos convites para os eventos e ações de calendário do Município, é normal uma lista de protocolo com convite para os Vereadores e membros da Assembleia Municipal, o mesmo deveria acontecer para estas visitas institucionais. Relembrou o caso da visita do Ministro da Administração Interna, que tinha “sido em cima do joelho, tudo muito em cima da hora”, o que não tinha acontecido neste caso porque a Senhora tinha estado no Concelho durante dois dias. -----

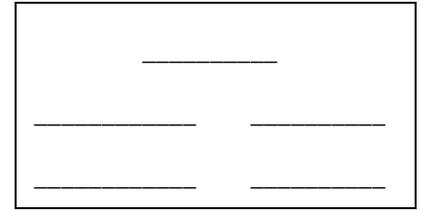
Reforçou que deveriam ser operacionalizadas estas situações, para que tudo corresse normalmente. Era uma questão de princípio e de boa relação entre as forças, para além de dar uma boa imagem do Município-afirmou. -----

O Senhor Presidente interveio e respondeu às questões colocadas pelo Senhor Vereador Luís Mendes e, em primeiro lugar, referiu-se ao assunto da iluminação da Praça da República, afirmando que as luzes estavam acesas. Tinha havido um dia em que tinha estado no local e se tinha apercebido que elas estavam desligadas, mas que tomou providências nesse sentido e o problema resolveu-se. O que acontecia era que as luzes acendiam mais tarde, mas que ele tinha pedido que fossem ligadas mais cedo. -----

Relativamente às obras da Praça da República disse que estava a aguardar as telas finais do Arquiteto, autor do projeto e que assim que as tivesse em seu poder, apresentá-las-ia à Câmara. -----

No que diz respeito ao Mês Sénior, disse já ter havido um pedido de desculpas em relação ao lapso cometido para com os Vereadores, mas que essa situação iria ser corrigida. -----

Quanto ao Mês Rosa, o Senhor Presidente esclareceu que o eletricitista do Município tinha uma enorme quantidade de horas extraordinárias para receber e os dias em que se ausentava por conta dessa situação,



justificavam o facto de as luzes terem ficado mais um tempo acesas. Salientou que o trabalhador era o único electricista e que “fazia falta outro” porque assim “não se conseguia” – disse. -----

O Senhor Presidente afirmou que “não era pelo facto de as luzes estarem acesas mais uma semana, que a iniciativa seria bem ou mal gerida. -----

A questão de falta de pessoal era um problema e que este tinha sido um exemplo, tal como a questão da recolha porta-a-porta nos feriados e tolerâncias. Os funcionários têm direito ao descanso nesses dias e só iriam trabalhar se quisessem, ou em situações urgentes, nas quais é solicitado o seu serviço e eles colaboram, mas que já tinha havido situações em que “não iam trabalhar, preferindo gozar a tolerância ou o feriado”. -----

Interveio o Senhor Vereador Luís Mendes que esclareceu a sua posição, afirmando que “não era seu entendimento que os funcionários trabalhassem na tolerância de ponto, mas que, na semana em que houvesse um feriado ou uma tolerância de ponto, se articulasse com as três freguesias e se fizesse o circuito integral, no mesmo dia. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e afirmou que, em Alcáçovas, tinha havido um mês inteiro em que não tinha sido feita a recolha do vidro. Uma vez que a recolha é feita de quinze em quinze dias e o facto de ter havido tolerâncias, não se procedeu à recolha. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente que explicou que, afinal, nesse mês, apenas não tinha sido feita a recolha uma vez, sendo que a mesma só é feita de quinze em quinze dia e sublinhou a falta de pessoal, que impede que se tenham alternativas para esta situação, para além de que só existe um carro que se divide pelas três freguesias e “quando está num sítio não pode estar noutro” – disse. -----

O Senhor Presidente relativizou a questão do cheiro, dizendo que havia outras prioridades. -----

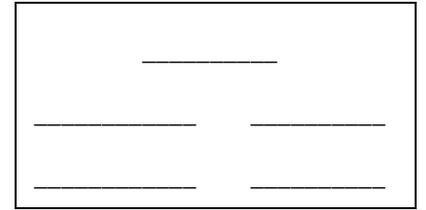
No caso das avenças da escola, disse que não se iria pronunciar, pois, a gestão destas pessoas é da responsabilidade da escola. -----

A gestão física dos edifícios pertence à Câmara e aí estão incluídos os Parques Infantis e as Zonas Verdes e esse trabalho tem sido feito, quer por iniciativa da Câmara quer pela iniciativa da Escola que solicita o serviço de manutenção dos espaços. -----

Em relação ao parque de Caravanismo, em Viana, por questões burocráticas, ainda não se iniciou, mas que, em breve, acontecerá –disse. -----

O Senhor Presidente informou que os carregadores elétricos estarão instalados até ao final do ano e que tinha havido alguns contratemplos, designadamente, respostas demoradas da E-Redes. Contudo, transmitiu que a empresa que faz a instalação dos carregadores já os tinha em armazém. -----

Disse, também, que tinha feito uma alteração no local, em Alcáçovas, onde se tinha previsto instalar, que era no estacionamento perto da antiga escola, ao lado do Quiosque. Nesse local, o custo seria de 14 a 15 mil euros para se levar a eletricidade até aí e a opção foi o a zona perto do quintal do Núncio, tendo em



conta que era um espaço amplo, onde não se “roubava” estacionamento. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que havia muitas pessoas que trabalhavam na informação médica, já tinham carros elétricos e tinham-lhe perguntado se, em Alcáçovas, já havia carregadores.-----

Disse a Senhora Vereadora que era de todo o interesse que as empresas tivessem carros elétricos, pelos benefícios que isso lhes traz. -----

O Senhor Presidente retomou a sua intervenção e referiu-se à ampliação da Zona Industrial, dizendo que esta estava ilegal, pelo que não se poderia intervir. Com a alteração do PDM- Plano Diretor Municipal, tinha-se conseguido resolver o problema dos estacionamento, o que “dava abertura” para a criação de mais três lotes, na parte que já estava feita. -----

O Senhor Presidente disse aguardava a publicação no Diário da República para a entrada em vigor do novo PDM e que tinha o projeto feito pelo Senhor Arquiteto e tudo estava preparado, para que se avançasse com o concurso dos lotes, logo que o novo PDM estivesse implementado. -----

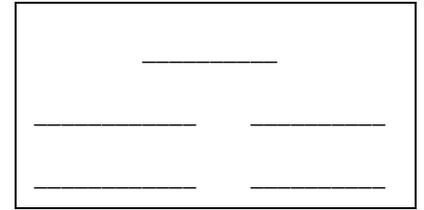
Quanto ao cheiro nauseabundo do canil, relatado pelo Senhor Vereador Luís Mendes, o Senhor Presidente disse que estava surpreendido porque o trabalhador do Ecocentro, todos os dias, lavava o local e tratava dos animais. Acreditava que fosse possível que tivesse caído um pano ou uma rede, nos dias de temporal, mas que colocava em dúvida a questão do cheiro. -----

O Senhor Presidente garantiu que o canil era limpo e cuidado diariamente e que, inclusive, se pagavam horas extraordinárias ao funcionário, aos fins de semana, para que fizesse este serviço. De qualquer forma, não podia dizer que não tivesse acontecido por alguma razão e da qual ele não tivesse conhecimento. ----

Com respeito ao assunto do Centro de Saúde, esclareceu que a Câmara não tinha competência para tratar desse tema, mas que o executivo pressionava e a prova estava que tinha conseguido uma médica e continuava a fazer todos os esforços para tentar resolver a situação e tentar “conquistar” os médicos. Nesse âmbito, existem os projetos dos Polos dos Centros de Saúde de Alcáçovas e Aguiar, e o projeto para a conclusão do Centro de Saúde de Viana. Referiu que havia, também, uma casa preparada, no Condomínio das Associações, caso o médico queria vir e haver “uma casa para lhe oferecer”. -----

Realçou a importância de haver condições para os médicos poderem trabalhar, de forma a fixá-los no Concelho, mas não podia responder relativamente ao facto de haver ou não consulta aberta ou por que razão os médicos só consultavam três ou quatro doentes- disse. -----

Em relação à exoneração da anterior Chefe de Divisão, disse que o processo, para si, estava encerrado e que os Vereadores tinham recebido a documentação. O Senhor Vereador Luís Mendes tinha alongado bastante este assunto porque tinha “misturado” várias coisas e uma coisa era o Visto do Tribunal de Contas, outra coisa são as discordâncias e outra é a exoneração da antiga Chefe de Divisão. Disse que a única documentação que não tinham recebido era “extra” processo porque a “Senhora” tinha enviado um documento a discordar do seu despacho. Referiu que não tinha de responder porque, a partir do momento



em que fez o seu despacho final, o processo estava resolvido, uma vez que é uma decisão do Presidente da Câmara que pode tomar as suas decisões e aquela estava devidamente fundamentada, com um despacho e os 10 dias de audiência prévia, onde a pessoa fez as suas alegações, foi respondido, foi analisado e elaborado um despacho e o processo ficou resolvido- afirmou. -----

Disse que, quando a senhora voltasse, teria o seu local de trabalho preparado e as suas tarefas, como qualquer trabalhador. Sendo uma Técnica Superior e, com a falta de pessoal, nunca poderia prescindir dos seus serviços. -----

Quanto à questão do Orçamento, disse que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras tinham razão porque o procedimento não devia ter sido assim. O executivo deveria ter enviado uma estrutura do Orçamento, mas sublinhou que “nunca tinha sido feito daquela forma” nem tinha havido pedidos de propostas. -----

Disse que no ano anterior e o no atual, tinham pedido propostas e continuaria a dizer que, para eles, seria muito mais prático se tivessem as propostas para incluir no momento em que faziam o Orçamento, porque era muito mais difícil ter um documento estruturado e depois ter de enquadrar as propostas enviadas, até porque é conveniente saber se o dinheiro que existe no Orçamento consegue abranger as sugestões apresentadas, já que muitas não são só uma “vontade política”, são também uma questão monetária.-----

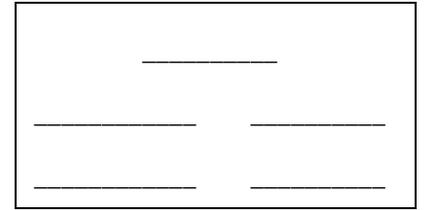
Voltando ao assunto da recolha porta-a-porta, disse que os dados já tinham sido comunicados pela Técnica que tinha estado presente em reuniões anteriores e que, em breve, teriam mais resultados. -----

Relembrou que faltava marcar o dia para visitarem o Aterro e que aí haveria mais explicações técnicas importantes para que ficassem elucidados. -----

O Senhor Presidente reportou-se à intervenção feita pelo Dr. Vítor Picado, aquando da sua presença numa reunião de Câmara, na qual se tinha referido ao crescimento do Concelho e à adesão de novas pessoas a estas campanhas. -----

Relativamente à visita oficial da Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Município de São Miguel, Cabo Verde, disse “que tinha sido tudo em cima da hora”, pelo que tentaram simplificar tudo ao máximo. Referiu que os autarcas daquele Município tinham sido recebidos por si, apenas, porque a Senhora Vice-Presidente não pôde estar presente, assim como o Senhor Presidente da Assembleia, ambos por motivo de compromissos assumidos. -----

Referiu que, pelo facto de terem respondido muito em cima, não tinha havido tempo para preparar convenientemente a visita. Por isso, disse que não via “qualquer problema, nem incompetência”, e não tinha sido uma questão de esquecimento, apenas de “adaptar” a vinda da Senhora Presidente e do Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal, que vieram a Portugal e “lembraram-se de os visitar”, ou melhor de os cumprimentar. -----



Senhor Presidente destacou a forma atenciosa e simpática com que foram recebidos por ocasião da sua visita a Cabo Verde. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 13 de setembro de 2023-

Relativamente a este ponto, interveio o Senhor Vereador Luís Mendes que, embora não votando a referida ata, chamou a atenção para algumas incorreções detetadas. -----

Feitas as correções sugeridas, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 13 de setembro de 2023. -----

Ponto três) Informação sobre a Atividade da Câmara - O Senhor Presidente deu conhecimento sobre a atividade da Câmara Municipal no período compreendido entre o dia 20 de outubro e o dia 2 de novembro de 2023. -----

•Dia 20 de outubro, a técnica da Câmara, Ana Paulos, esteve presente na reunião da Plataforma supraconcelhia do Alentejo Central, realizada no auditório do edifício do NERE, em Évora. -----

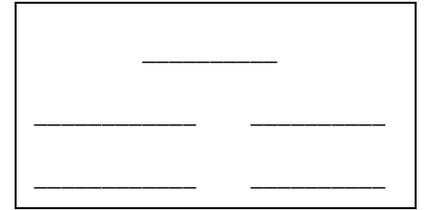
•Dia 21 de outubro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite do Comandante do Comando Territorial de Viana do Alentejo, João Fadista, esteve presente na iniciativa “Dia dos Serviços Sociais – Atividades em Família”, realizada no parque da Quinta da Joana em Viana do Alentejo, organizada pela Guarda Nacional Republicana. -----

•Nesse mesmo dia, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves e o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Bento, no âmbito nas comemorações do Mês Sénior, estiveram presentes no “Baile da Pinha” realizado na Sociedade União Alcaçovense. -----

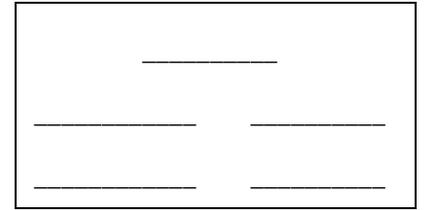
•Dia 24 de outubro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC, realizada nas instalações da mesma. -----

•Dia 26 de outubro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte esteve presente, no Cartório Notarial do Dr. Paulo Xavier, em Viana do Alentejo, onde foram assinadas as escrituras de lotes habitacionais: Loteamento Quinta do Marco, Lote 01 - adjudicado a Joana Isabel Falé Cascalheira e Álvaro Miguel Fadista Raposo, pelo valor de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) e do Loteamento Dores Paitio, lote 14 - adjudicado a Lourenço Manuel Romão Prates e a Beatriz Isabel Serra Lopes, pelo valor de 10.950,00€.

• No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, realizou o habitual atendimento aos munícipes na Delegação da Câmara, em Alcáçovas e de tarde, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, realizou o habitual atendimento aos munícipes no edifício dos Paços do Concelho. -----



- Dia 27 de outubro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, a convite da Câmara Municipal de Arraiolos esteve presente na abertura da 22ª Mostra Gastronómica – 14.º Festival da Empada – Feira do Tapete de Arraiolos, realizada no Multiusos de Arraiolos. -----
 - Dia 28 de outubro, no âmbito das Comemorações do Mês Sénior, o executivo da Câmara esteve presente no Almoço Convívio Sénior, realizado no salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo.
 - À noite, esteve presente a vice-Presidente da Câmara, Paula Neves, no espetáculo de Poesia Cantada com Teresa Meira e Pablo Vidal, realizado no Paço dos Henriques, em Alcáçovas. -----
 - Dia 31 de outubro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte e o seu adjunto, Joaquim Maria Bento estiveram presentes na cerimónia de inauguração da Feira dos Santos e dos Frutos Secos e na apresentação do vinho Baronia d` Alvito, da Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito, C.R.L, no parque de Feiras e Exposições de Alvito. -----
 - Dia 1 de novembro, o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, esteve presente, a convite do Clube Amadores de Pesca, na entrega de prémios e no almoço convívio, realizado após a 3ª e última Prova do VI Campeonato Intersócios 2023, no salão da Associação dos Caçadores e Pescadores de Aguiar.
 - Dia 2 de novembro, de manhã, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves realizou atendimento aos munícipes, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas, e o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, no edifício dos Paços de Concelho. -----
- O Senhor Presidente interveio e chamou a atenção para a correção a última frase da Informação da Atividade da Câmara, referindo que tinha realizado atendimento aos munícipes em Alcáçovas e não em Viana. -----
- A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e indicou também uma correção, no que diz respeito ao dia 28 de outubro, onde se diz que “esteve presente o executivo da Câmara, deve dizer-se “executivo em permanência”. -----
- O Senhor Vereador Luís Mendes, no uso da palavra, referiu a ausência da informação acerca da reunião realizada com o IHRU, no dia 20 de outubro de 2023, que, “com todo o respeito”, era mais importante do que a informação sobre a Plataforma Supraconcelhia. -----
- Referiu-se, depois, à comparação com a enorme lista de ações de divulgação do Município feita pelo Senhor Presidente na última reunião de Câmara, e as “duas páginas de informação apresentadas nesta reunião. Por último, o Senhor Vereador, dirigindo-se ao Senhor Presidente, disse “que o seu tempo era tão importante como o dele”, que não fazia revisão de atas, mas gostava de as ler antes de serem colocadas a votação e que, não sendo pago para fazer atas, era eleito para as ler, por isso, “quem não tinha tempo para ler ou reler as atas, esse tinha tempo para fazer colheres, porque ele tinha muito que fazer”.
- O Senhor Presidente disse que as reuniões realizadas nem todas dos técnicos eram incluídas na Informação sobre a Atividade da Câmara e, poderia ter sido esse o motivo, pelo qual esta não constava. -----



Ponto quatro) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 3 de novembro de 2023, de novembro de 2023, que concedeu a atribuição de Prémio de Mérito a um aluno do Curso

Profissional/Tecnológico do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo – O Senhor Presidente explicou que aquela proposta tinha ido a ratificação porque se verificou uma falha de informação da EBSIS. Assim, colocado a votação, a Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho da Senhora Vice-Presidente que determinou a atribuição do Prémio de Mérito, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), ao aluno João Carlos Marques Gonçalves, do Curso Técnico de Desporto. -----

Ponto cinco) Proposta de isenção de taxas à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar – Utilização de espaço no Mercado Municipal de Alcáçovas – A

Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de isenção de taxas à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar – Utilização de espaço no Mercado Municipal de Alcáçovas, com vista à venda de produtos e artigos pela Comissão de Finalistas dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo 2023/2024, para angariação de fundos para o Baile de Finalistas. -----

Ponto seis) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso- Nos termos da

proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou, por unanimidade atribuir o Cartão Social do Reformado, Pensionista a dois municípios, ambos residentes em Viana do Alentejo e a um município, residente em Aguiar. -----

Ponto sete) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso - Nos termos da

proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar o Cartão Social do Reformado, Pensionista a um município, residente em Viana do Alentejo. -----

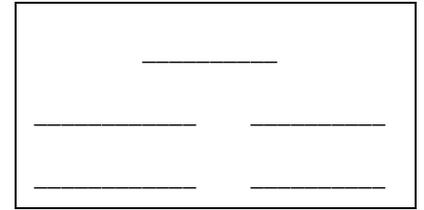
Ponto oito) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (Pré-Escolar e 1º Ciclo)

Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social 2023/2024 a alunos a frequentar o ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo de Aguiar e Alcáçovas.

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para a Associação de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis/Quota referente ao ano de 2023 – A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis/Quota referente ao ano de 2023, no valor de 588.13€ (quinhentos e oitenta e oito euros e treze cêntimos). -----

Ponto dez) Proposta de aprovação da terceira alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo de 2023/2024 – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, verificou-



se a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou que alertou para a documentação enviada, na qual constava um quadro de maio de 2023, que estaria desatualizado. Feita a observação e esclarecido o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo de 2023/2024, passando a apoiar 10 passes escolares na utilização de Transportes Públicos no circuito de Alcáçovas-Évora e vice-versa. -----

Ponto onze) Proposta de atribuição de apoio de 50% do passe escolar da aluna do Ensino Secundário, que frequenta Estabelecimento Escolar fora do Concelho de Viana do Alentejo, cuja oferta formativa não existe no Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo- Ano Letivo de 2023/2024 - Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio de 50% no custo do passe escolar a uma aluna do ensino secundário, residente em Alcáçovas, matriculada nº 10 ano, do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas que frequentará estabelecimento de ensino fora deste concelho no ano letivo de 2023/2024. -----

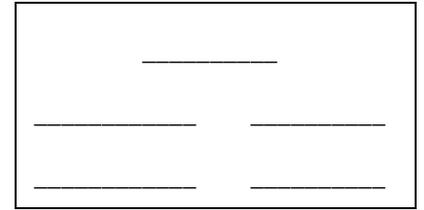
Ponto doze) Proposta de concessão de apoio financeiro para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo - A Senhora Vereadora Rita Rafael fez referência à questão dos cabazes e disse que tinha uma proposta para apresentar, no sentido de haver uma sensibilização para se adquirirem os bens no comércio local. -----

---O Senhor Presidente manifestou a sua concordância e referiu que “isso fazia parte dos princípios do executivo”. -----

Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial, no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), com vista à aquisição de bens essenciais para a oferta de cabazes de Natal às famílias carenciadas do Concelho de Viana do Alentejo, e para fazer face a outras solicitações e necessidades existentes. -----

Ponto treze) Proposta de emissão de licença especial e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização de uma “Noite de Fados”, em Alcáçovas, no dia 11 de novembro de 2023 - A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a licença especial de ruído e isentar do pagamento de taxas o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para a realização de uma “Noite de Fados”, em Alcáçovas, no dia 11 de novembro de 2023, com início às 21.30h e término à 1.30h do dia 12 de novembro. -----

Ponto catorze) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas, para a realização de um evento musical, no dia 10 de novembro de 2023, em Viana do Alentejo, promovido pela Junta de Freguesia - A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a licença especial de ruído e isentar do pagamento de taxas a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização da “Noite de São Martinho”, no dia 10 de novembro de 2023, com término à 1h do dia 11 de novembro. -----



Ponto quinze) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 9, referente à Empreitada de

“Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa – A Senhora Vereadora Sara Grou questionou o facto de haver um prolongamento para a conclusão da obra e o que aconteceria aos Autos de Medição que ficassem fora da data de 31 de dezembro. Seriam pagos pela Câmara, não entrando nos 85% do financiamento, ou as contas “não fechariam a 31 de dezembro” - perguntou -----O Senhor Presidente respondeu que a obra era considerada uma “obra faseável”, pelo que tinha de cumprir algumas obrigações, nomeadamente, ser superior a um milhão de euros, estar inscrita nas Escolas prioritárias e cumprir as “questões da eficiência energética”. A reunião destes três fatores permitir-lhe-ia ser faseável e transitar para o Portugal 2030. -----

O Senhor Presidente disse, ainda, que havia a opção de passar do Portugal 2030 para Plano de Recuperação e Resiliências – PRR, contudo, o processo seria mais complicado e obrigaria a obra a parar durante algum tempo, o que não seria favorável. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes interveio e disse que se estava a votar um Auto que validava, no total 49% da obra, o que era “uma boa notícia”, estando a dois meses do final da obra, mas que estavam atentos ao avanço das obras porque a perceção que se tinha quando se via a obra, não era de 50% da realização da mesma, apesar de saber que havia muito trabalho interno. -----

Neste contexto, o Senhor Vereador sugeriu que se fizesse uma visita à obra, durante o mês de novembro, para se falar com o empreiteiro e ficar com a verdadeira perceção de que os valores da obra não estavam inflacionados. -----

Esclarecido os assuntos relativos a este ponto, o mesmo foi submetido a aprovação. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Medição nº 9, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 71.200, 79€ (setenta e um mil e duzentos euros e setenta e nove cêntimos). -----

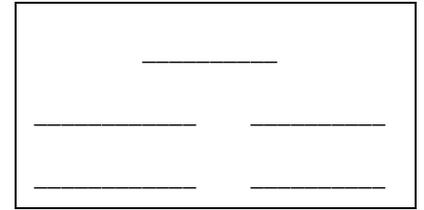
Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 1, referente à

Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – O Senhor Presidente esclareceu que este Auto era aquele que devia ter sido pago no primeiro mês da obra, mas que devido a muitas situações, só agora havia dinheiro disponível. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes, em nome da força política VIVA apresentou uma declaração que serviria também para os pontos 16 a 24 da Ordem de Trabalhos. -----

“O regime excepcional e temporário da Revisão Extraordinária de Preços, nos Contratos Públicos, que é regulado pelo Decreto-Lei nº 49 –A de 2023, de 30 de junho e que prorroga até 31 de dezembro de 2023 o Decreto –Lei nº 36 de 2020, de 20 de maio prevê regras apertadas e concretas para o cálculo da revisão de preços. -----

De acordo com este diploma, os empreiteiros, de quem parte a iniciativa da atualização dos preços, devem



demonstrar o preenchimento dos critérios de elegibilidade que se pressupõem no nº 1 do artigo 3º e que dizem respeito a um determinado tipo de material, mão de obra ou equipamento de apoio, deve representar ou vir a representar, durante a execução do contrato, pelo menos 3% do preço contratual e, cumulativamente, a taxa de variação homóloga do custo deve ser igual ou superior a 20%”. -----

Após o enquadramento, o Senhor Vereador Luís Mendes explicou que “na documentação que tinham recebido, onde consta o Auto da empresa fiscalizadora, fala em fatores de compensação excecional de 1.1, fala em cálculos de revisão, em coeficientes de atualização, mas que nada dizia sobre a conformidade legal que acreditam que exista, mas que não está evidente”. -----

Acrescentou que, nem os Serviços Municipais tinham produzido qualquer tipo de informação que enquadrasse e desse conforto à decisão da Câmara porque não têm de ser os Vereadores a “ir à procura na Lei”, da documentação técnica, do preenchimento destes campos. -----

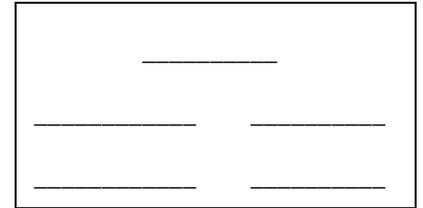
Diante de um quadro legal que é tão complexo e por termos fundadas dúvidas, vamos votar contra estes Autos de Revisão de Preços, apelando a que nos casos futuros haja mais e melhor informação técnica e jurídica que sustente e dê conforto a qualquer decisão, neste sentido.” -----

O Senhor Presidente interveio e esclareceu que, na altura devida, tinha sido proposto pelo empreiteiro a fórmula daquele cálculo, que tinha sido aprovada, em reunião de câmara, pelo que “estranhava a posição do VIVA”, considerando que não seria produtiva para aquelas decisões”. -----

Submetido a votação, a Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 1, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 9.996,81€ (nove mil, novecentos e noventa e seis euros e oitenta e um cêntimo). -----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 2, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 2, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 11. 893, 57€ (onze mil, oitocentos e noventa e três euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

Ponto dezoito) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 3, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços nº 3, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 21.743,22€ (vinte e um mil setecentos e quarenta e três euros e vinte e dois cêntimos) . -----



Ponto dezanove) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 4, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 4, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 42.621,78€ (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um euros e setenta e oito cêntimos). -----

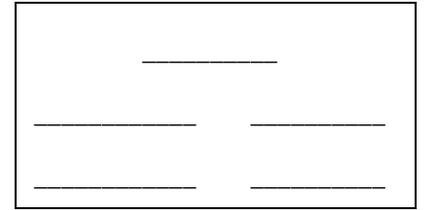
Ponto vinte) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 5, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 5, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 30.628,38€ (trinta mil seiscientos e vinte e oito euros e trinta e oito cêntimos). -----

Ponto vinte e um) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 6, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 6, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 31.227,07€ (trinta e um mil duzentos e vinte e dois euros e sete cêntimos). -----

Ponto vinte e dois) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 7, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 7, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 51.840,38€ (cinquenta e um mil oitocentos e quarenta euros e trinta e oito cêntimos). -----

Ponto vinte e três) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 8, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa – A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 8, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 86.233,70€ (oitenta e seis mil duzentos e trinta e três euros e setenta cêntimos). -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação do Auto de Revisão Extraordinária de preços n.º 9, referente à empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa” - A Câmara aprovou, por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael de um voto contra, por parte do Senhor Vereador Luís Mendes, o Auto de Revisão



Extraordinária de preços nº 8, referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 30.748,92€ (trinta mil setecentos e quarenta e oito euros e noventa e dois cêntimos). -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação de aprovação dos documentos que constituem o procedimento e sucessiva abertura do procedimento pré-contratual, por concurso público, para a formação do contrato de fornecimento de equipamento de projeção digital de cinema(DCD) e de vídeo, imagem e tecnologia para o Cineteatro Vianense – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, os

documentos que constituem o procedimento e sucessiva abertura do procedimento pré-contratual, por concurso público, para a formação do contrato de fornecimento de equipamento de projeção digital de cinema(DCD) e de vídeo, imagem e tecnologia para o Cineteatro Vianense: -----

- Caderno de Encargos do Concurso; -----
- Programa de Procedimento do Concurso e respetivos anexos; -----

O júri deste concurso será composto pelos seguintes membros: -----

Efetivos: -----

Presidente – Liliana Vitória Figueira Reis, Técnica Superior do Município de Viana do Alentejo; -----

Primeiro Vogal – Nuno José Baião Canelas, Assistente Técnico do Município de Viana do Alentejo; -----

Segundo Vogal – Vanda Cristina dos Santos Caeiro Viriato, Técnica Superior do Município de Viana do Alentejo; -----

Suplentes: -----

Primeiro- Edite Salomé Pires de Sousa Padeirinha, Técnica Superior do Município de Viana do Alentejo; ---

Segundo- Maria Vitória Cansado Duarte, Assistente Técnica do Município de Viana do Alentejo; -----

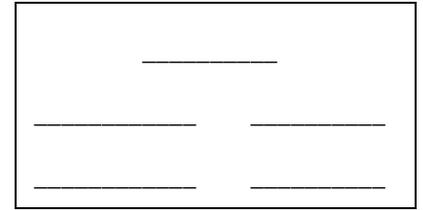
Ponto vinte e seis) Proposta de aprovação da 32.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa-

Neste ponto, interveio o Senhor Vereador Luís Mendes que se referiu a um valor que tinha sido retirado da rubrica, na qual estão incluídos os Parques Infantis, e sabendo da sua situação de inconformidade, já reportada ao Município, pela ASAE, disse estranhar esta decisão, uma vez que não se resolveram estas situações, que considerava urgentes. -----

Respondeu o Senhor Presidente explicou que, quando foram orçamentados os Parques, foram incluídos todos os Parques do Concelho. Em conversa com as Juntas de Freguesia, constataram que havia Parques que não eram da responsabilidade da Câmara, mas das Juntas de Freguesia, o que reduz as verbas. -----

Refazendo o Orçamento, verificaram que havia verba disponível. -----

Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----



Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação da 24.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades

Municipais – A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e oito) Proposta de aprovação da 18ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

Investimentos - A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e nove) Proposta de recrutamento à mobilidade na categoria entre órgãos ou serviços para

preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (Eletricista) – Verificaram-se as intervenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e também do Senhor Vereador Luís Mendes, que reforçaram a necessidade de mais um Eletricista, tendo em conta que existe apenas um e com muitas horas acumuladas. -----

Neste sentido e colocado a votação, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de recrutamento à mobilidade na categoria entre órgãos ou serviços para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (Eletricista). -----

Eu, _____, Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,